



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Fazenda

**CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A.**

COMPANHIA ABERTA
C.G.C./MF Nº 00.979.969/0001-56
AVENIDA MAUA, 1155 - 5º ANDAR - PORTO ALEGRE (RS)



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos e submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, acompanhados da manifestação do Conselho de Administração e dos Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes.

A conjuntura econômica do Brasil em 2005 ficou marcada pela redução da taxa de inflação, que medida pelo IGP-DI situou-se em 1,22%. Contribuíram para a contenção do ritmo inflacionário, a queda da taxa básica de juros (SELIC) no segundo semestre, que atingiu o nível de 18% em 31 de dezembro de 2005, bem como a forte liquidez financeira internacional e a valorização cambial do Real em relação ao Dólar, esta da ordem de 13% no ano.

Embora o PIB nacional tenha apresentado o modesto crescimento de 2,3%, o saldo favorável da balança comercial alcançou US\$ 45 bilhões, com as exportações registrando o recorde histórico de US\$ 117 bilhões, contra US\$ 96 bilhões em 2004.

Esse cenário propiciou um extraordinário desempenho do mercado de capitais em 2005, superando recordes anteriores no que se refere aos volumes de registros de novas emissões na CVM, para oferta pública, mesmo com a presença de um clima político bastante conturbado por denúncias e investigações envolvendo os poderes Legislativo e Executivo.

Assim, os registros de valores mobiliários para oferta pública, concedidos pela CVM em 2005, somaram R\$ 71 bilhões, contra R\$ 29 bilhões em 2004, dos quais aproximadamente R\$ 43 bilhões representados por debêntures. Esta verdadeira corrida ao mercado propiciou uma maior liquidez, inclusive no segmento secundário, revelando maior confiança do investidor nesta modalidade de aplicação de recursos.

O mercado secundário de ações igualmente refletiu o otimismo do mercado primário, conforme indica o índice BOVESPA, que alcançou uma valorização de 27,7% em 2005.

Diante deste cenário favorável a Companhia, através de deliberação de seus acionistas, conforme AGEs realizadas em 03/01/05, 24/01/05 e 26/01/05, procedeu a 8ª Emissão de Debêntures, para oferta pública, no valor de R\$ 120 milhões, com data de emissão de 1º de janeiro de 2005 e vencimento em 1º de dezembro de 2006, com garantia real constituída por direitos creditórios decorrentes de parcelamentos de ICMS, cedidos pelo Estado do Rio Grande do Sul à CADIP, estes no montante de R\$ 227,5 milhões vencíveis mensalmente. Por envolver créditos tributários parcelados a operação caracteriza-se pelo seu ineditismo no País.

Na cessão dos referidos créditos, bem como na resolução da cessão nos casos previstos na Escritura e na substituição dos créditos cujos contratos perdem o parcelamento, é praticado o valor nominal atualizado dos mesmos. A amortização do principal e o pagamento da remuneração aos debenturistas (DI + 2,5% a.a.), ocorrem mensalmente, desde 1º de abril de 2005. As debêntures não serão objeto de repactuação.

Os recursos captados, com a colocação da 8ª Emissão, foram aplicados no SIAC – Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado, na forma do objeto social da Companhia. Os direitos creditórios estão penhorados em favor dos debenturistas. Em 31 de dezembro de 2005 as garantias desta Emissão estão representadas por: a) direitos creditórios no valor de R\$ 117,9 milhões; b) fundo de amortização no valor de R\$ 13,9 milhões; c) depósito vinculado para pagamento aos debenturistas no valor de R\$ 6,9 milhões. Na mesma data, o saldo de debêntures da 8ª Emissão é de R\$ 70,2 milhões.

A Companhia possui, ainda, no mercado, um saldo a amortizar de R\$ 24,6 milhões referente a 7ª Emissão, com garantia subordinada, com vencimento

final em 15 de dezembro de 2006.

Os compromissos de ambas as emissões estão rigorosamente adimplidos. A Companhia não adquiriu debêntures destas duas emissões, estando todos estes títulos em poder do mercado.

A comparabilidade de valores no tempo, sejam eles de contas patrimoniais ou de resultados da Companhia, fica prejudicada dado às características operacionais da Empresa.

As receitas operacionais da Companhia, no montante de R\$ 17.075 mil, registraram um expressivo crescimento no exercício, decorrente de receitas com aplicações de recursos no SIAC, no Fundo de Amortização da 8ª Emissão e da carteira de direitos creditórios que constituem a garantia desta emissão.

As despesas operacionais somaram R\$ 27.589 mil, destacando-se a participação das despesas financeiras inerentes à remuneração das debêntures da 7ª e da 8ª Emissões, no valor de R\$ 21.087 mil, além das despesas com a estruturação e colocação da 8ª Emissão no primeiro semestre de 2005.

Cabe destacar ainda a contribuição positiva na participada CORSAN, no valor de R\$ 414 mil.

O resultado líquido do exercício, negativo, no valor de R\$ 10.100 mil reflete as ocorrências de receitas e despesas acima referidas.

As principais alterações verificadas nas contas patrimoniais no exercício decorreram do ingresso de recursos com a colocação da 8ª Emissão de debêntures, que incrementaram as disponibilidades da Companhia em R\$ 120.000 mil, bem como da aquisição dos direitos creditórios junto ao Estado, estes no valor original de R\$ 227.500 mil, em janeiro de 2005, utilizados para a integralização de capital na Companhia, aumentado de R\$ 63.618 mil para R\$ 291.118 mil naquele mês. Da mesma forma, as exigibilidades da Empresa sofreram forte aumento decorrente da colocação das debêntures da 8ª emissão, cujo saldo em 31 de dezembro, juntamente com o saldo da 7ª emissão, soma R\$ 94.817 mil, já deduzidas as amortizações ocorridas no exercício.

A Companhia não registra contenciosos trabalhistas, fiscais ou de qualquer outra ordem.

Seu quadro de pessoal é integrado por funcionários da administração direta e indireta do Estado, cedidos sem ônus para a Companhia.

Esclarecemos que os Auditores Independentes contratados pela Companhia prestam exclusivamente serviços de auditoria independente contábil. Os serviços foram contratados em 1º de fevereiro de 2006 para auditar os exercícios de 2006 e 2007.

O mercado de capitais apresenta um cenário completamente favorável, com perspectiva de continuidade na queda das taxas de juros e de inflação, além da tendência de antecipação de investimentos face à proximidade das eleições, ocasionando aumento na demanda por valores mobiliários, dentre as quais as debêntures.

Diante deste contexto, registramos a ocorrência de evento subsequente, consubstanciado na aprovação da 9ª Emissão de debêntures, com garantia subordinada, no montante de R\$ 30.000 mil, conforme AGE realizada em 16 de novembro de 2005 e registro concedido pela CVM – Comissão de Valores

Mobiliários em 02 de março de 2006. A referida emissão está sendo objeto de oferta pública na forma do Anúncio de Início de Distribuição publicado no Jornal do Comércio de Porto Alegre, edição de 07 de março de 2006.

Agradecemos o permanente apoio recebido da Administração Pública Estadual e a confiança dos Senhores Acionistas, que muito contribuíram para o bom andamento das atividades da Companhia.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de R\$)

DISCRIMINAÇÃO		2005	2004
RECEITAS OPERACIONAIS.....			
Receitas Financeiras.....		17.053	10.816
Outras Receitas Operacionais.....		22	-
DESPESAS OPERACIONAIS.....			
Despesas Financeiras.....		(21.087)	(11.086)
Despesas Administrativas.....		(5.335)	(219)
Despesas Tributárias.....		(1.167)	(394)
RESULTADO OPERACIONAL.....			
		(10.514)	(883)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....			
Outras Despesas Não-Operacionais.....		(343)	(181)
Outras Receitas Não-Operacionais.....		757	1.124
RESULTADO ANTES DA TRIB.S/LUCRO E PARTICIPAÇÃO.....			
		(10.100)	60
PREJUÍZO/LUCRO DO EXERCÍCIO.....			
Prejuízo/Lucro Líquido por Ação do Capital Social Final – R\$.....		(0,1485)	0,0002

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de R\$)

DISCRIMINAÇÃO		01/01/05 a 31/12/05	01/01/04 a 31/12/04
1. ORIGENS DE RECURSOS.....			
DAS OPERAÇÕES:		227.500	60
Lucro Líquido do Exercício.....		-	60
DOS ACIONISTAS:		227.500	-
Integralização de Capital Social.....		227.500	-
2. APLICAÇÕES DE RECURSOS.....			
DAS OPERAÇÕES:		34.514	24.943
Prejuízo do Exercício.....		10.100	-
VARIAÇÃO.....		10.100	-
INVERSÕES EM:		414	943
Investimentos Permanentes.....		414	943
REDUÇÃO DO PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.....		24.000	24.000
3. AUMENTO/REDUÇÃO DO CAP.CIRC.LÍQUIDO (1- 2).....			
		192.986	(24.883)
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE:			
ATIVO CIRCULANTE:			
INÍCIO DO EXERCÍCIO.....		47.976	60.235
FIM DO EXERCÍCIO.....		311.084	47.976
VARIAÇÃO.....		263.108	(12.259)
PASSIVO CIRCULANTE:			
INÍCIO DO EXERCÍCIO.....		25.197	12.573
FIM DO EXERCÍCIO.....		95.319	25.197
VARIAÇÃO.....		70.122	12.624
AUMENTO/REDUÇÃO DO CAPITAL CIRC. LÍQUIDO.....			
		192.986	(24.883)

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manifestação do Conselho de Administração – O Conselho de Administração da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e demais demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e o Parecer dos Auditores Independentes, aprova os referidos documentos e propõe a sua aprovação por parte dos Senhores Acionistas

Porto Alegre, 22 de março de 2006.

Ricardo Englert
Fernando Guerreiro de Lemos
Antônio Carlos Brites Jacques

Ney Michelucci Rodrigues
Ricardo Richinitti Hingel

Olavo Cesar Dias Medeiros
Carlos Eduardo Provenzano

Fernando Rodrigues

PARER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.
DIRETORES E ACIONISTAS da
CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A. - CADIP
Porto Alegre - RS

1) Examinamos o balanço patrimonial da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A. - CADIP, levantado em 31 de dezembro de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendem: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos dados, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acrescentamos, como destaque, mais os seguintes exames: (d) os direitos creditórios, conforme o descrito na nota 5, são controlados individualmente pela PROCERGS - Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul, conforme registros no sistema GOC, que confirma o respectivo saldo através de procedimento de circularização; (e) outra firma de auditoria independente realiza trabalhos específicos de revisão destes direitos creditórios, por sistema de amostragem, homologando-os trimestralmente, sendo que o último corresponde ao trimestre findo em 30 de setembro de 2005.

3) Em nossa opinião, sujeitas aos efeitos que possam advir de eventuais ajustes reflexos decorrentes da situação descrita no parágrafo "4", as demonstrações contábeis referidas no parágrafo "1" representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A. - CADIP, em 31 de dezembro de 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4) Até a conclusão de nossos exames, as demonstrações contábeis da sociedade anônima de capital aberto citada a seguir, ainda não estavam disponíveis nem auditadas por auditores independentes. Por isto, o ajuste da provisão para perdas em investimentos classificados no Ativo Permanente (não relevantes para efeitos de equivalência patrimonial), avaliados pelo custo de aquisição e correspondentes a 10.000.000 de ações preferenciais do capital da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, foi constituído com base em balanço de 30 de setembro de 2005, alvo de revisão limitada por parte de outros auditores independentes, que emitiram seu relatório com data de 11 de novembro de 2005, mencionando uma exceção quanto ao eventual ajuste decorrente do fato que a mesma está efetuando um levantamento físico dos itens dos seus almoxarifados com o objetivo de identificar eventuais itens não utilizáveis ou inexistentes e, neste sentido, o resultado do levantamento físico poderá indicar a necessidade destes ajustes.

5) As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós auditadas, conforme Parecer datado de 11 de janeiro de 2005, com ênfase quanto ao fato que a provisão para perdas, mencionada no parágrafo anterior, ter sido constituída com base em Informações Trimestrais – ITR de 30 de setembro de 2004, revisadas por auditores independentes que emitiram relatório sobre revisão especial datado de 12 de novembro de 2004, contendo menções quanto a eventuais efeitos que poderiam advir do levantamento de obras classificadas no Imobilizado em Andamento e recalculo por Atuarial Independente do passivo daquela companhia relativo à contribuição ao Fundo de Previdência de seus funcionários.

NÉLSON CÂMARA DA SILVA
CONTADOR CRC/RS 23584/T/SP/S/RS
HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC/RS-003688/T/SP/F/RS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de R\$)

ATIVO	2005		2004		PASSIVO	2005		2004			
	2005	2004	2005	2004		2005	2004	2005	2004		
CIRCULANTE.....	311.084	47.976	CIRCULANTE.....	95.319	25.197	Disponibilidades.....	184.227	47.588	Debêntures.....	94.817	25.169
Bancos.....	297	120	Obrigações-Estado do Rio Grande do Sul.....	454	-	Bancos.....	297	120	Obrigações-Estado do Rio Grande do Sul.....	454	-
Aplicações de Liquidez Imediata.....	183.930	47.468	Impostos e Taxas.....	48	28	Aplicações de Liquidez Imediata.....	183.930	47.468	Impostos e Taxas.....	48	28
Créditos.....	126.857	388	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.....	-	24.000	Créditos.....	126.857	388	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.....	-	24.000
Direitos Creditórios.....	101.030	-	Debêntures.....	-	24.000	Direitos Creditórios.....	101.030	-	Debêntures.....	-	24.000
Outros Créditos.....	35.827	388	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	227.859	10.459	Outros Créditos.....	35.827	388	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	227.859	10.459
Estado do Rio Grande do Sul.....	27.645	-	Capital Social.....	291.118	63.618	Estado do Rio Grande do Sul.....	27.645	-	Capital Social.....	291.118	63.618
Itau – Adiantamento Encargos de Debêntures..	6.925	-	Prejuízos Acumulados.....	(63.259)	(53.159)	Itau – Adiantamento Encargos de Debêntures..	6.925	-	Prejuízos Acumulados.....	(63.259)	(53.159)
Juros s/Capital Próprio.....	426	260				Juros s/Capital Próprio.....	426	260			
Créditos Tributários.....	831	128				Créditos Tributários.....	831	128			
PERMANENTE.....	12.094	11.680				PERMANENTE.....	12.094	11.680			
Investimentos.....	12.094	11.680				Investimentos.....	12.094	11.680			
Ações de Empresas Ligadas.....	21.200	21.200				Ações de Empresas Ligadas.....	21.200	21.200			
(-) Provisão para Perdas.....	(9.106)	(9.520)				(-) Provisão para Perdas.....	(9.106)	(9.520)			
TOTAL DO ATIVO	323.178	59.656	TOTAL DO PASSIVO	323.178	59.656						

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de R\$)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	63.618	(53.219)	10.399
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		60	60
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	63.618	(53.159)	10.459
AUMENTO DE CAPITAL	227.500	-	227.500
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	(10.100)	(10.100)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	291.118	(63.259)	227.859

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia tem como objetivo social prestar serviços tendentes a auxiliar o Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar no mercado obrigações, adquirir, alienar e dar em garantia ativos, créditos, títulos e valores mobiliários.

2. PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, na forma da Legislação Societária e de acordo com as normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

É adotado o regime de competência de exercícios. Conservadoramente a Companhia não reconhece os créditos sobre as bases negativas apuradas de imposto de renda e contribuição social registradas em sua escrita fiscal, sendo que o seu registro contábil ocorrerá quando e na proporção da geração de lucros tributáveis futuros.

b) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros, destinados a alcançar seu objetivo social, estão representados, substancialmente, na contabilidade pelas aplicações financeiras de liquidez imediata, por direitos creditórios, por investimentos em ações e por debêntures, sendo os valores dos mesmos iguais, nos casos aplicáveis, aos de mercado, não existindo risco, exceto quanto a provisão constituída, conforme descrito na nota 6.

4. DISPONIBILIDADES

Referem-se a recursos aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1º de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998, e as aplicações financeiras vinculadas às garantias da 8ª Emissão de Debêntures.

5. CRÉDITOS

Representam, especialmente, direitos creditórios cedidos pelo Estado do Rio Grande do Sul, consubstanciados por créditos tributários relacionados ao ICMS, os quais constituem garantia aos debenturistas da 8ª Emissão. Parte destes direitos creditórios, aproximadamente 25%, estão sustentados por contratos com previsão de atualização durante o ano pela TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo e outra parte, cerca de 75%, pela UPF-RS – Unidade de Padrão Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul, anualmente, no primeiro dia do ano-calendário. Estes mesmos 75% são, também atualizados, mensalmente, em 1% a.m. Representados, também, por Outros Direitos Creditórios no valor de R\$ 27.645 mil, correspondentes a operações em fase de compensação com o Estado.

6. INVESTIMENTOS - PERMANENTE

Correspondem a 10.000.000 de ações preferenciais de emissão da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, representando 6,68% do capital não votante e 3,34% do capital total daquela Empresa. Com base no Patrimônio Líquido Ajustado, constante das demonstrações contábeis auditadas da investida, de competência de 30 de setembro de 2005, foi constituída provisão para fazer face a possíveis perdas que possam advir do investimento. Nesse exercício verificou-se uma redução no saldo da provisão para perdas no montante de R\$ 414 mil, registrada nas contas componentes do Resultado Não-Operacional.

7. DEBÊNTURES

O saldo não amortizado da 7ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em 31 de dezembro de 2005, é de R\$ 24.585 mil e está registrado no Passivo Circulante, na forma das normas contábeis em vigor, incluindo a respectiva remuneração. A remuneração aos debenturistas, correspondente à variação da TJLP mais spread de 10% a.a., sem repactuação, é provisionada pro rata temporis ao final de cada mês e paga trimestralmente no dia quinze dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro. Os seus principais termos são: valor total da emissão é de R\$ 60.000 mil, em série única, na forma nominativa escritural, com garantia subordinada, com data de emissão em 15 de julho de 2003 e de vencimento em 15 de novembro

de 2006, sem fundo de liquidez. O saldo não amortizado da 8ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em 31 de dezembro de 2005, é de R\$ 70.232 mil e está registrado no Passivo Circulante, na forma das normas contábeis em vigor, incluindo a respectiva remuneração. A remuneração aos debenturistas, correspondente à variação das Taxas DI mais spread de 2,5% a.a., sem repactuação, é provisionada pro rata temporis ao final de cada mês e paga mensalmente no primeiro dia útil seguinte. Os seus principais termos são: valor total da emissão é de R\$ 120.000 mil, em série única, na forma nominativa escritural, com garantia real, com data de emissão em 1º de janeiro de 2005 e de vencimento em 1º de dezembro de 2006, sem fundo de liquidez. Ambas as emissões estão registradas para negociação na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.

8. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão representadas no Ativo pelas aplicações de liquidez imediata, descritas na nota 4, pelo investimento em ações descrito na nota 6 e pelos direitos creditórios descritos na nota 5.

9. CAPITAL SOCIAL

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 03 de janeiro de 2005, deliberou pelo grupamento das ações da Companhia na proporção de uma ação para cada grupo de cem possuídas, passando o capital social de 300.000.000 para 3.000.000 de ações ordinárias, autorizando, ainda, o aumento de capital em R\$ 227.500 mil, mediante emissão de 65.0